



Federação Nacional de Karate – Portugal

Rua do Cruzeiro nº11 A - 1300-160 LISBOA

NIPC: 503 027 120

Utilidade Pública Desportiva e Utilidade Pública

(DR. 213, IIª Série 14 de Setembro de 1995 e DR. 15, IIª Série 18 de Janeiro de 1996)

Mesa da Assembleia Geral

1

----- Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate – Portugal -----
----- (Reunião Ordinária) -----

----- ACTA Nº 6/2023 -----

Aos quatro dias do mês de março de dois mil vinte e três, às nove horas e trinta minutos, devidamente convocada, reuniu a Assembleia Geral da Federação Nacional de Karate Portugal (FNK-P) em sessão ordinária, sob a presidência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG), Joaquim António Duarte Da Costa, nas instalações da Escola IBN Mucana em Alcabideche. -----

A MAG, foi constituída pelo supracitado Presidente, pelo Vice-Presidente, José Jorge da Silva Perestrelo e pelo Secretário, Carlos Manuel Pedro Rodrigues. -----

A ordem de trabalhos da convocatória, foi enviada para os Delegados à Assembleia Geral a dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e três e publicada no site da FNK-P em vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três e, foi a seguinte: -----

PONTO UM - Aprovação das Atas das Assembleias Gerais Anteriores; PONTO DOIS - Apreciar, Discutir e Votar o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2023; PONTO TRÊS - Discussão e Aprovação de Novos Sócios Ordinários; PONTO QUATRO - Outros Assuntos.-----

Feita a chamada e conferidos os nomes dos delegados presentes, verificou-se estarem inscritos no Livro de Presenças com as correspondentes assinaturas e melhor identificados os seus nomes em lista anexa, 30 delegados, pelo que o Presidente da MAG declarou, que esse seria o número de participantes com direito de voto, declarando a Assembleia Geral validamente constituída em reunião ordinária apta para deliberar sobre os pontos da ordem de trabalhos.-----

Abertos os trabalhos, o Presidente da MAG pôs à discussão o Ponto 1. da Ordem de Trabalhos, Aprovação das Atas das Assembleias Gerais Anteriores, concretamente, as atas número quatro de dois mil e vinte e dois, ata número cinco de dois mil e vinte e dois, questionando se alguém queria fazer alguma intervenção, passou a palavra ao delegado António Caeiros o qual fez chegar uma proposta de alteração à ata número quatro, a qual foi aceite pelo Presidente da MAG e de imediato lida à Assembleia para conhecimento do seu conteúdo, cujo documento fica anexo à ata desta sessão. Colocada à votação a aceitação desta proposta de alteração a mesma foi aprovada por maioria, com 26 votos a favor, 3 abstenções e 1 voto contra.-----

Depois de devidamente consultada a Assembleia para o efeito, esta prescindiu das leituras das atas anteriores, até pelo facto de estas terem sido remetidas em tempo devido, para todos os delegados que a constituem.-----

Não se registando mais nenhuma intervenção, colocadas separadamente à votação dos 30 delegados presentes, foram as duas atas aprovadas por maioria, com 29 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra.-----

Contato: 967 162 645 Email Geral: fnkp@fnkp.pt



Federação Nacional de Karate – Portugal

Rua do Cruzeiro nº11 A - 1300-160 LISBOA

NIPC: 503 027 120

Utilidade Pública Desportiva e Utilidade Pública

(DR. 213, IIª Série 14 de Setembro de 1995 e DR. 15, IIª Série 18 de Janeiro de 1996)

Mesa da Assembleia Geral

2

Continuando a ordem de trabalhos, o Presidente da MAG colocou à discussão o Ponto 2. da Ordem de Trabalhos, Apreciar, Discutir e Votar o Plano de Atividades e Orçamento para o Ano de 2023, passando a palavra ao Presidente da Federação, Senhor Carlos Silva, para prestação das informações e esclarecimentos que entendesse como necessários e importantes, limitando-se este a dizer que nada tinha a acrescentar ao que estava descrito no plano de atividades e orçamento, porque tudo estava de acordo com as possibilidades e capacidades da Federação.-----

O Presidente da MAG agradeceu a intervenção do Presidente da Federação Carlos Silva, abrindo a inscrição para os delegados que pretendessem colocar questões ou pronunciar-se sobre este ponto.-----

Passou-se ao período de intervenções dos delegados inscritos, dando a palavra ao delegado Bruno Sousa, que começou por referir ser este um orçamento equilibrado no qual se nota o crescimento de algumas despesas, que destas as mais relevantes deveriam estar mais detalhadas, algo que na sua opinião deve acontecer em futuros orçamentos, referindo-se ao montante que consta para a arbitragem nota ser desta vez mais reduzido, perguntou se tal vai implicar interferências significativas nas atividades a realizar pelos árbitros, finalizando a sua intervenção disse ser urgente que a Federação tente encontrar patrocinadores para apoio financeiro.-----

O delegado Rodrigo Inácio na sua intervenção, questionou sobre o quadro 1 relativamente ao desenvolvimento da atividade desportiva nomeadamente às seleções nacionais e alto rendimento, onde estão orçamentados 21500€ para preparação das seleções nacionais, gostaria de saber para que serve esse montante já que todos os atletas que integram as seleções nacionais pagam tudo que é hotéis, a sua preparação e deslocações.-----

O Presidente da MAG deu a palavra ao Presidente da Federação Carlos Silva, para prestação das informações e esclarecimentos necessários em função das intervenções dos delegados, começando por dizer que a descrição das despesas mais relevantes estão devidamente detalhadas na documentação enviada para o IPDJ, que o Conselho de Arbitragem neste orçamento apresenta uma verba própria inferior, porque as deslocações e respetivas despesas a realizar para as diferentes atividades da arbitragem, mesmo que de forma provisional se considera poderem ser menores, todavia está uma verba alocada a um departamento para se ver quanto custa este Conselho de Arbitragem, para o IPDJ saber quanto gasta o Conselho de Arbitragem para mantermos os nossos árbitros ativos, já que aqui temos que pagar tudo e se o orçamento é menor é porque as contas assim o ditaram em função das deslocações a realizar. Foi também referido que foi necessário alocar uma verba para se manter o árbitro mundial Joaquim Fernandes ativo tendo feito um acordo com este de forma suportar as despesas de deslocação como hotéis e refeições para que o referido não tenha que pagar tudo do seu próprio bolso, pois se este não estiver ativo e atualizado todos perdem algum conhecimento. Relativamente à questão da verba do quadro 1 do orçamento a verba



Federação Nacional de Karate – Portugal

Rua do Cruzeiro nº11 A - 1300-160 LISBOA

NIPC: 503 027 120

Utilidade Pública Desportiva e Utilidade Pública

(DR. 213, IIª Série 14 de Setembro de 1995 e DR. 15, IIª Série 18 de Janeiro de 1996)

Mesa da Assembleia Geral

3

referida serve para suportar a organização e preparação das seleções nacionais, as deslocações dos selecionadores nacionais, para pagamento das despesas dos estágios das seleções nacionais. Quanto à possibilidade de se encontrar um patrocinador para os árbitros, o Presidente informou ter já um novo elemento a trabalhar neste assunto, cujos resultados serão divulgados logo que oportuno.-----

O Presidente da MAG agradeceu todas as intervenções e de seguida o Plano de Atividades e Orçamento Para o Ano de 2023, foi posto à votação, estando presentes 30 delegados, sendo aprovado por maioria, com 27 votos a favor, 3 abstenções e 0 votos contra.-----

Seguidamente passou-se ao Ponto 3. da Ordem de Trabalhos, Discussão e Aprovação de novos Sócios Ordinários da FNK-P.-----

O Presidente da MAG referiu que todas as Associações propostas devem ter um representante na Assembleia para poderem ser votadas, não estando nenhum representante do Centro de Karate Shotokan do Algarve (CKSA), não foi colocada à votação.-----

Por último passou-se ao Ponto 4. da Ordem de Trabalhos, Outros Assuntos, tendo o Presidente da MAG passado a palavra aos delegado João Garcês, que questionou o Presidente da Federação relativamente à quota dos árbitros que este paga como tal pode ser eleito, perguntando se os que não pagam esta quota têm os mesmos direitos.---

O delegado Elísio de Sousa, começou por dizer que sobre as taxas não se pronuncia enquanto não se alterar os estatutos da Federação, continuando perguntou se já é conhecido algum resultado da auditoria solicitada pelo IPDJ, porque terá visto algumas notícias num jornal e como tal gostaria de saber de fonte oficial qual o ponto de situação relativamente a este assunto.-----

O delegado Joaquim Fernandes na sua intervenção referiu ter dúvidas se é constitucional ter de pagar a quota de árbitro e os que não tenham a quota em dia tenham direito a votar.-----

O delegado José Melo, relativamente à quota dos árbitros entende que estes não deveriam pagar porque trabalham para a Federação, embora devessem nesta condição ser obrigados a cumprir com um número de presenças mínimas nas provas, lembrou um assunto que já foi falado em Assembleia anterior que é a atribuição de um subsídio de presença aos delegados para minimizar os custos destes quando se deslocam para estar presentes nas Assembleias Gerais, principalmente para aqueles que para tal têm de fazer muitos quilómetros, o que em alguns casos até obriga a virem de véspera com os inerentes custos de estadia a terem que ser suportados pelos próprios ou pelas associações a que pertencem.-----

O delegado Carlos Saúde, concordou com a intervenção do delegado José Melo no apoio a atribuir aos delegados para ajuda nas despesas relativas às suas presenças nas Assembleias Gerais, questionou como está a possibilidade há muito prometida da realização de um Assembleia Geral na região Sul, perguntando em que situação se



Federação Nacional de Karate – Portugal

Rua do Cruzeiro nº11 A - 1300-160 LISBOA

NIPC: 503 027 120

Utilidade Pública Desportiva e Utilidade Pública

(DR. 213, IIª Série 14 de Setembro de 1995 e DR. 15, IIª Série 18 de Janeiro de 1996)

Mesa da Assembleia Geral

4

encontra a emissão e entrega dos diplomas de graduação aprovadas em Assembleia Geral.-----

O delegado António Caeiros, questionou sobre os diplomas das ações de formação, porque em Junho de 2022 solicitou informação referente a este assunto ao secretariado da Federação, mas que até à data não obteve qualquer resposta.-----

O delegado José Melo sobre o tema diplomas disse ser matéria sensível, como tal a Federação deve fazer um esforço no sentido de para todos aqueles que os solicitem, estes possam ser emitidos e enviados por correio.-----

O Presidente da MAG no seguimento das intervenções efetuadas pelos delegados, passou a palavra ao Presidente da Federação Carlos Silva, para que este pudesse esclarecer e responder às questões colocadas, começando por referir que relativamente às quotas dos árbitros enquanto não se alterarem os estatutos, o pagamento da quota de árbitro é opcional, que tem é que obrigatoriamente ser sócio da Federação com a quota de praticante ou de treinador consoante o caso, já que a quota de árbitro apenas serve para votar, acrescentando que para ser árbitro tem que ter a formação de reciclagem em dia. Quanto à auditoria solicitada pelo IPDJ e realizada pela melhor empresa de auditoria portuguesa a qual tem um protocolo com o IPDJ, a mesma decorreu durante um período de um mês, tendo sido auditados os anos de 2021 e de 2022, estando neste momento a aguardar o resultado oficial da mesma o qual será dada a conhecer a todos logo que tal aconteça, que vamos trabalhar para criar condições para organizar uma Assembleia Geral na zona sul tão breve quanto possível, quanto aos diplomas afirmou estarem prontos para entrega eventualmente numa gala a organizar em data e local a definir, mas que podem ser entregues de imediato a todos aqueles que os queiram receber.-----

Findo o período de intervenções, o Presidente da MAG referiu ter assistido a uma atitude verdadeiramente lamentável e reprovável por parte de dois delegados, que ao abandonarem a sessão de forma abrupta já demonstravam pouco respeito pela Assembleia Geral, mas nem tão pouco aguardando o fim da intervenção de um delegado que nesse momento usava da palavra, manifestaram total desprezo e falta de respeito para com todos os presentes, o que não deixa de ser antagónico para quem tantas vezes se augura de paradigma da ética, da moral, do amor ao karate e defensores de uma Federação que deve ser respeitada e respeitável na sua missão e nos seus valores.-----

O Presidente da MAG deu por terminados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, da qual se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por mim, Carlos Manuel Pedro Rodrigues, Secretário, que a redigi. -----

Mesa da Assembleia Geral

5

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Joaquim António Duarte Da Costa

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral



José Jorge da Silva Perestrelo

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral



Carlos Manuel Pedro Rodrigues